



2º SIMULADO

# Delegado PC RJ

# Simulado PC-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-RJ;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-RJ-09-10-21>

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E  |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E  |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E  |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E  |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E  |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E  |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E  |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E  |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E  |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E  |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E  |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E  |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E  |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E  |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E  |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E  |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E  |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E  |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E  |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

**DIREITO PENAL**

Ivo Martins

**01.** Quanto à exclusão de ilicitude, é correto afirmar que:

- a) não é punível a título de dolo ou culpa, o excesso culposo decorrente de erro sobre os limites da causa de justificação.
- b) no excesso de legítima defesa involuntário, que deriva de erro de tipo escusável, o agente responde pelo fato criminoso.
- c) quando a conduta do agente atinge um bem jurídico de terceiro inocente ocorre o estado de necessidade defensivo.
- d) o Código Penal Brasileiro adotou a teoria unitária do estado de necessidade.
- e) a equipe policial que ingressa no interior de uma residência para prender quem se encontra em flagrante delito, age em estado de necessidade exculpante.

**02.** Quanto à imputabilidade penal, assinale a alternativa correta:

- a) Emoção e paixão eliminam a imputabilidade.
- b) Eduardo é usuário de cocaína e tem sua dependência atestada por meio de laudo, portanto Eduardo é considerado inimputável.
- c) Jackson, durante uma festa de aniversário, fez uso de grande quantidade de álcool e ao voltar para casa se envolveu em um acidente. Durante a perícia, foi atestado que o mesmo estava com sua capacidade de determinação reduzida, portanto a pena de Jackson pode ser reduzida de um a dois terços.
- d) o Código Penal brasileiro adotou o sistema denominado psicológico, o qual considera as condições psicológicas do agente no momento do fato, independentemente da existência de doença mental.
- e) Tatiana durante uma festa de aniversário teve, sem saber, três comprimidos de ecstasy colocados em seu copo de refrigerante, após sair do evento, dirigiu em alta velocidade e ao ultrapassar um sinal vermelho, atropelou um ciclista. Tatiana pode ser considerada inimputável se for comprovado, durante perícia médica, que a mesma era inteiramente incapaz de entender ou de determinar durante a ação.

**03.** Com fulcro no Código Penal Brasileiro, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), no crime de roubo:

- a) se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca, a pena aumenta-se de 2/3 (dois terços).
- b) se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo, a pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade,
- c) Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput do artigo referente ao tipo penal.
- d) Se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior, A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços).
- e) se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum, A pena aumenta-se de 1/3 (um terço).

**04.** Assinale a alternativa correta em relação aos crimes contra a paz pública:

- a) A incitação ao crime destina-se ao estímulo de uma quantidade indeterminada de pessoas à prática de crime determinado e futuro, sendo que a apologia ao crime e ao criminoso diz respeito ao delito passado, vez que se faz publicamente elogio ou exaltação a um fato criminoso ou autor de crime.
- b) A associação criminosa do artigo 288 do CP pune a associação de mais de três pessoas, as quais se unem, com hierarquia e estabilidade, ao cometimento de diversos delitos.
- c) A constituição de milícia privada, crime do artigo 288-A do CP, é a mesma associação criminosa do artigo 288 do CP, distinguindo-se somente em relação ao quantitativo de integrantes.
- d) Tanto a associação criminosa quanto a constituição de milícia privada ordenam o número de dois integrantes somente para a sua configuração.
- e) A associação criminosa está prevista na Lei de nº 12.850/2013, a qual define o que é organização criminosa, sendo a associação uma espécie do gênero organização.

**05.** Com a desclassificação da equipe Honda no torneio de corrida nacional, o presidente da equipe demite o piloto que perdeu a última corrida da competição. Inconformado com a decisão, o piloto decide matar o mandatário. Para tanto, aproveitando o evento no dia de sua demissão, coloca uma bomba no carro do presidente que estava estacionado nas imediações da competição. O piloto sabe que o motorista particular do presidente será fatalmente atingido e tem a consciência que não pode evitar que torcedores ou funcionários da equipe, próximos ao veículo, venham a falecer com a explosão do dispositivo. Como ele não se importa com a vida dos demais, o dispositivo explode e, lamentavelmente, além das mortes dos dois ocupantes do veículo, dez torcedores e um funcionário morrem. A partir da leitura desse caso, é correto afirmar que o indiciamento do piloto pelos crimes de homicídio sucederá

- a) por dolo direto de primeiro grau em relação ao presidente e ao motorista.
- b) por dolo eventual em relação ao motorista; aos torcedores e ao funcionário.
- c) por dolo direto de segundo grau em relação ao presidente e ao motorista.
- d) por dolo eventual apenas em relação aos torcedores.
- e) por dolo direto de primeiro grau em relação ao presidente, segundo grau em relação ao motorista e dolo eventual em relação aos torcedores

**06.** Felipe, após subtrair um notebook no interior de um mercado, foi detido por clientes que o amarraram em uma placa nas imediações do local. Acabou agredido violentamente por Luiz, dono do estabelecimento, que se valeu de uma barra de ferro encontrada na rua. Suzana tentou intervir, porém foi ameaçada por Luiz. Em seguida, Suzana, diante iminente perigo da vida de Felipe, correu até um posto de combustível onde estava uma viatura Policial e relatou o fato ao tenente Peçanha, que se recusou a ir até o local no qual estava Felipe, alegando que a situação deveria ser resolvida unicamente pelos envolvidos. Marina, segurança particular do mercado, gravou a agressão e postou as imagens em rede social com a seguinte legenda: "Bandido bom é bandido morto". Felipe morreu em decorrência de trauma craniano.

- a) Suzana poderá ser indiciada pela prática de crime omissivo próprio.
- b) Peçanha poderá ser indiciado pela prática de crime omissivo próprio.
- c) Peçanha poderá ser indiciado pela prática de crime omissivo impróprio
- d) Suzana poderá ser indiciada pela prática de crime omissivo impróprio.
- e) Marina poderá ser indiciada pela prática de crime comissivo por omissão.

**07.** Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- a) Ser membro de poder ou exercer cargo de elevada envergadura são circunstâncias irrelevantes para a formulação da pena-base dos crimes contra a administração pública.
- b) A corrupção ativa não pode existir na ausência de corrupção passiva, pois tais condutas são tipicamente bilaterais.
- c) O princípio da insignificância poderá ser aplicado aos crimes contra a administração pública quando o agente for primário e o prejuízo causado ao erário for inexpressivo.
- d) A circunstância elementar do crime de peculato se comunica ao coautor ou partícipe, mesmo que estes não integrem o serviço público.
- e) O crime de corrupção ativa é de natureza material e se consuma com a efetiva entrega da vantagem oferecida.

08. Em relação à classificação doutrinária dos crimes, marque V ou F, conforme as afirmações a seguir sejam verdadeiras ou falsas.

( ) Nos chamados “delitos de resultado” o tipo penal prevê um resultado típico, natural ou material vinculado à conduta pelo nexa causal.

( ) “Delitos vagos” são aqueles que têm por sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica, como a família, o público ou a sociedade.

( ) O “crime falho” é também denominado “quase-crime”.

( ) “Crime multitudinário” é o praticado por uma multidão em tumulto, espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas ou coisas.

( ) “Crime transeunte” é o que deixa vestígios; “crime não transeunte” é o que não deixa vestígios.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

a) V - F - V - V - V

b) V - V - F - V - F

c) F - V - V - F - V

d) F - F - V - V - F

e) F - V - F - V - F

09. Médico pratica conduta tendente a produzir aborto, com o consentimento da gestante, vindo ela a morrer, mas salvando-se o filho. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

a) É hipótese de punição pelo aborto e por homicídio culposo.

b) Não cabe punição pelo aborto, pois não se consumou, e sim pelo homicídio culposo.

c) Não cabe punição por tentativa de aborto, pois, em crime de aborto, não se admite tentativa, restando o homicídio culposo ou com dolo eventual.

d) É hipótese de tentativa de aborto em concurso formal com homicídio culposo ou dolo eventual, conforme se interprete o elemento psicológico do agente.

e) É hipótese de tentativa de aborto com a majorante da morte da gestante.

10. As causas interruptivas da prescrição têm o objetivo de fazer com que o prazo, a partir delas, seja novamente reiniciado, o curso da prescrição interrompe-se, conforme a enumeração contida no Código Penal. Qual destas situações NÃO é causa interruptiva da prescrição?

a) Pela pronúncia.

b) Pela decisão confirmatória da pronúncia.

c) Pelo recebimento do inquérito policial.

d) Pela publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível.

e) Pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

11. João decide agredir fisicamente Pedro, seu desafeto, provocando-lhe vários ferimentos. Porém, durante a luta corporal, João resolve matar Pedro, realizando um disparo de arma de fogo contra a vítima, sem, contudo, conseguir atingi-lo. A polícia é acionada, separando os contendores. Diante do caso hipotético, João responderá

a) apenas por lesões corporais.

b) apenas por tentativa de homicídio.

c) por rixa e disparo de arma de fogo.

d) lesões corporais consumadas e disparo de arma de fogo.

e) por lesões corporais consumadas e homicídio tentado.

12. No que tange aos crimes dolosos contra a vida, assinale a alternativa **CORRETA**.

a) A qualificadora do feminicídio incide em todos os casos em que a vítima for mulher.

b) O homicídio qualificado-privilegiado é crime hediondo.

c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a antecipação terapêutica do parto de fetos como microcefalia.

d) O emprego de tortura pode qualificar o crime de homicídio ou caracterizar crime autônomo, dependendo do dolo do agente e das circunstâncias do caso concreto.

e) prática da "roleta russa" caracteriza o crime de instigação ao suicídio, na modalidade instigação.

**13.** Em relação aos crimes contra a vida, dispostos no Código Penal, é correto afirmar:

- a) No crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, disposto no artigo 122 do CP, a pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico.
- b) O Código Penal prevê o crime de aborto culposo.
- c) Se do induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio resulta lesão corporal de natureza grave na vítima, a conduta daquele que induziu, instigou ou auxiliou a vítima a tentar se suicidar é atípica.
- d) Para a configuração da qualificadora do emprego de veneno no homicídio, disposta no artigo 121, § 2º, inciso III, primeira figura, do CP, não se exige que a vítima desconheça a circunstância de estar sendo envenenada.
- e) O crime de infanticídio, descrito no artigo 123 do CP, prevê também como típica a forma culposa desse delito.

**14.** O filho de João tem grave problema de saúde e precisa realizar custoso procedimento cirúrgico, que a família não tem condição de pagar. Imagine que Pedro empresta R\$ 50.000,00 a João, mas como garantia de tal dívida exige que João, de próprio punho e em documento escrito, confesse ter traído a própria esposa, bem como ter fraudado a empresa em que ambos trabalham, desviando recursos em proveito próprio. João cede à exigência a fim de obter o empréstimo. A conduta de Pedro

- a) configura constrangimento ilegal.
- b) configura extorsão indireta.
- c) configura exercício arbitrário das próprias razões.
- d) é atípica, por ausência de previsão legal.
- e) é isenta de pena, por incidir causa supra legal que afasta a culpabilidade, qual seja, o consentimento da vítima.

**15.** Uma mulher caminhava pela rua quando foi abordada por dois homens. Enquanto um lhe apontava um revólver e mandava que ela ficasse em silêncio, outro veio por trás e lhe arrancou a bolsa. Em seguida, os dois correram para um carro, dirigido por um terceiro homem, que os aguardava para lhes dar fuga. Sabendo que o art. 157 do Código Penal define roubo como a ação de “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”, no caso de prisão dos criminosos ainda portando a bolsa com todos os seus pertences, deve o delegado instaurar inquérito e indiciar:

- a) como coautores do roubo, o homem que apontou a arma e o que arrancou a bolsa, sendo o motorista do carro apenas um partícipe.
- b) como autor do roubo apenas o homem que apontou a arma, porque foi ele quem praticou a violência, figurando os demais como seus partícipes.
- c) como autor do roubo apenas o homem que arrancou a bolsa, porque realizou o núcleo do tipo, figurando os demais como seus partícipes.
- d) os três envolvidos como coautores diretos do roubo, porque todos concorreram para a execução material do núcleo do tipo.
- e) os três envolvidos como coautores do roubo, por se constatar a execução do crime mediante divisão de tarefas.

**CRIMINOLOGIA**

Flávio Milhomem

**16.** Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

- a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.
- b) Os objetos de estudo da Criminologia atual são a vítima, o controle social, a pena e o crime.
- c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.
- d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.
- e) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.

**17.** Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

- a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.
- b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.
- c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.
- d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.
- e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delinquente. Praticando o delito

estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

**18.** O controle social compreende o conjunto de instituições, estratégias e sanções (legais e/ou sociais), cuja função é promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas sociais. Ele é composto de numerosos sistemas normativos (a ética, o Direito civil, o Direito trabalhista etc.), diversos órgãos ou agentes (a família, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, a Justiça etc.), variadas estratégias de atuação ou respostas (repressão, prevenção, ressocialização etc.), diferentes modalidades de consequências (positivas e negativas); e particulares destinatários (estratos sociais desfavorecidos, estratos sociais privilegiados, criminoso potencial, vítima potencial etc.). No que toca ao controle social, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

- I São agentes do controle social informal a família, a escola, a profissão e a opinião pública.
  - II Exercem o controle social formal a polícia, a justiça penal e a administração penitenciária.
  - III O controle social de primeira seleção é exercido pelo Ministério Público, com o ajuizamento da ação penal.
  - IV O controle social de terceira seleção decorre do processo judicial.
  - V O controle social formal de primeira seleção representa a atuação dos órgãos de repressão policial.
- a) Estão corretas todas as assertivas
  - b) Está correta apenas 1 das assertivas
  - c) Estão corretas 2 assertivas
  - d) Estão corretas 4 assertivas
  - e) Estão incorretas todas as assertivas

**19.** As Teorias do Consenso defendem que, as pessoas que vivem em sociedade, aceitam as normas vigentes, já que compartilham de objetivos comuns. Assinale a alternativa que contempla as espécies de teorias criminológicas de base sociológicas do consenso:

- a) Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura delinquente e a teoria do etiquetamento.
- b) Escola de Chicago, teoria da subcultura delinquente, teoria de associação diferencial, teoria da anomia, teoria crítica.
- c) Teoria da associação diferencial, teoria crítica e teoria do etiquetamento.
- d) Teoria da subcultura delinquente, teoria da anomia, teoria de associação diferencial e Escola de Chicago.
- e) Teoria crítica e teoria do etiquetamento.

**20.** A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

- a) Teoria da Associação Diferencial.
- b) Escola de Chicago.
- c) Teorias da Anomia.
- d) Teoria do Labelling Approach.
- e) Teoria da Subcultura Delinquente.

## LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

**21.** nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades:

- a) Relacionadas ao auxílio a agentes de fiscalização.
- b) Relacionadas à divulgação de informações a respeito dos malefícios da embriaguez ao volante.
- c) Relacionadas à conservação da pavimentação para coibir novos acidentes.
- d) Relacionadas ao resgate, atendimento e recuperação de vítimas de acidentes de trânsito.
- e) Relacionadas à prestação pecuniária.

**22.** Pedro, agente da Polícia Penal, submeteu Ricardo, sob sua autoridade, com emprego de violência, a intenso sofrimento físico, como forma de aplicar castigo pessoal. A condenação criminal pela conduta descrita, acarretará a:

- a) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- b) Suspensão não remunerada do cargo pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- c) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- d) Suspensão não remunerada do cargo pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- e) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada.

**23.** Em relação às armas de fogo e às empresas de segurança privada, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Serão de propriedade das respectivas empresas, podendo ser utilizadas quando em serviço ou fora dele.
- b) O certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal ficarão no nome dos empregados apenas durante a vigência do contrato de trabalho em regime especial.
- c) Cada empresa criará seus protocolos de segurança em relação ao uso e armazenagem.
- d) Deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob a guarda do proprietário da empresa privada acarreta em sua responsabilidade criminal por omissão.
- e) A listagem dos empregados das empresas privadas de segurança deverá ser atualizada anualmente junto ao Sinarm.

**24.** A respeito dos recursos previstos na Lei nº 9.099/95, indique a única alternativa correta:

- a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão judicial que rejeitar a denúncia por falta de justa causa.
- b) Da decisão de homologação da composição dos danos civis cabe apelação.
- c) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.
- d) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- e) Admite-se Recurso Especial em face de decisão proferida por Turma Recursal.

**25.** Quanto à instrução criminal, na Lei de Drogas, há menção expressa a:

- a) Queixa-crime.
- b) Resposta à Acusação - RA.
- c) Procedimento Criminal Diverso - PCD.
- d) Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.
- e) Procedimento de Investigação Criminal - PIC.

**26.** No âmbito das medidas protetivas de urgência, com relação à proibição de condutas, não integra o rol:

- a) aproximação da ofendida e de seus familiares.
- b) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- d) contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação.
- e) a fixação limite mínimo de distância entre eventuais testemunhas e o agressor.

**27.** Aponte a alternativa CORRETA sobre a monitoração eletrônica na fase de execução penal:

- a) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando autorizar a saída temporária no regime aberto.
- b) A desnecessidade da medida não tem o condão de revogá-la.
- c) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando determinar a prisão domiciliar.
- d) O fiscal de monitoração será instruído acerca dos cuidados que o condenado deverá adotar com o equipamento eletrônico.
- e) A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, a suspensão de visitas íntimas.

**28.** Em relação à transação penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas por parte do Ministério Público.
- b) A proposta não pode apresentar apenas a pena de multa.
- c) O juiz homologa a proposta caso o suspeito já a tenha cumprido, para fins de homologação e extinção da punibilidade.
- d) O aceite da proposta não importa em reincidência, mas tem como requisito a confissão.
- e) Da sentença homologatória caberá apelação em 10 dias.

**29.** Adolfo, desempregado, em busca de dinheiro para pagar suas dívidas, decide vender drogas pela primeira vez na vida. Assim que entrega a droga para um usuário e recebe o pagamento, é flagrado pela Polícia Militar e conduzido ao Distrito Policial. Em caso de condenação por tráfico de drogas:

- a) fará jus a atenuante específica por força da primariedade.
- b) poderá valer-se do princípio da insignificância.
- c) poderá ver a sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.
- d) poderá receber proposta de transação penal.
- e) poderá receber proposta de acordo de não persecução penal.

**30.** Sobre a legislação extravagante ao Código Penal e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir no tocante à Lei Maria da Penha:

- I. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- II. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nos delitos praticados com violência ou grave ameaça no âmbito das relações domésticas e familiares.
- III. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

São corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III.

**31.** Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto não poderão obter saída temporária do estabelecimento no seguinte caso:

- a) visita à família;
- b) frequência a curso supletivo profissionalizante, na Comarca do Juízo da Execução.
- c) frequência a curso de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
- d) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.
- e) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

**32.** O sistema dos Juizados Especiais Criminais possui regramento próprio. A respeito de uma dos institutos despenalizadores - a transação penal -, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cumprido o acordo homologado, que faz coisa julgada material, deverá o Ministério Público executá-lo na Vara das Execuções Criminais e, se não tiver interesse, encaminhará a pena para a Vara da Fazenda Pública.
- b) Na ausência de proposta do Ministério Público, caberá ao juiz criminal propô-la, em respeito ao direito público subjetivo do suspeito imediatamente encaminhado ao JECRIM.
- c) No crime de lesão corporal culposa decorrente de violência doméstica, familiar ou afetiva contra a mulher, não poderá o Ministério Público oferecer a proposta, pelo critério da especialidade.
- d) No crime de lesão corporal leve entre irmãos, a homologação do acordo de composição civil dos danos não impede a posterior transação penal.
- e) O instituto da transação penal é inconstitucional pois permite a aplicação de pena criminal antes do exercício da ampla defesa e do contraditório no processo criminal.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Fernando Bezerra

**33.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) A cela especial poderá consistir em alojamento coletivo, atendidos os requisitos de salubridade do ambiente, pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana;
- b) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, não sendo facultado ao juiz, em nenhuma hipótese, de ofício, promover a iniciativa probatória.
- c) O concurso entre jurisdição comum e militar constitui causa de separação obrigatória de processos;
- d) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor;
- e) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

**34.** Com relação à Lei 9.099/95 que rege os Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, independente das regras de conexão e continência.
- b) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando sempre a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- c) Por razões de economia processual, a competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo local em que o crime se consumou, ainda que o lugar em que foi praticada a infração penal seja distinto deste.

d) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer infração penal lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, independente da presença do autor do fato e da vítima, providenciando-se apenas as requisições dos exames periciais necessários.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**35.** Dentre as assertivas a seguir, assinale a INCORRETA face ao texto da Lei 11.343/06 e à Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Tratando-se da conduta prevista no art. 28 da Lei 11.343/06, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários;
- b) Se ausente a autoridade judicial, nos casos de captura de sujeito perpetrando a conduta de porte de droga para consumo pessoal, as providências preliminares imediatas de condensação dos elementos informativos serão tomadas de imediato pela autoridade policial, no local em que se encontrar, vedada a detenção do agente;
- c) Concluídas as providências preliminares imediatas de condensação dos elementos informativos, o agente será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer ou se a autoridade de polícia judiciária entender conveniente, e em seguida liberado;
- d) Para os fins do disposto no art. 76 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena prevista no art. 28 desta Lei, a ser especificada na proposta;
- e) Todos os itens acima estão incorretos.

**36.** Acerca da Ação Penal, julgue os itens abaixo.

- I) Em qualquer momento da ação penal, o ofendido poderá exercer o direito de se retratar da representação.
- II) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- III) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) F, V, V.
- e) F, F, F.

**37.** Em relação aos assistentes e auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O perito não oficial não estará sujeito à disciplina judiciária.
- b) Ao Ministério Público cabe fiscalizar a execução da lei.
- c) Caso o acusado esteja ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- d) O juiz estará impedido de atuar no processo em que for amigo íntimo ou inimigo capital do acusado.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**38.** Acerca da condução coercitiva e o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, julgue os itens subsequentes.

- I) De acordo com o entendimento do STF, a condução coercitiva de investigados com o objetivo de interrogá-los é ilegítima por violar direitos fundamentais dos cidadãos, por exemplo a garantia de não autoincriminação.
- II) Se alguma autoridade ou agente público descumprir a determinação do STF acerca da condução coercitiva de investigados e réus para finalidade de interrogatório, estará sujeito a responsabilidade disciplinar, civil e penal.

III) O STF entende que a expressão “para o interrogatório” prevista no art. 260 do CPP é constitucional, de modo que a condução coercitiva do investigado ou réu para fins de interrogatório sobre os fatos poderá ser realizada.

Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos.

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Somente o I.

**39.** Sobre o instituto da ação controlada e a Lei 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), assinale a alternativa correta.

- a) Foi introduzido a partir da Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13);
- b) Seu manejo é possível apenas por integrantes dos órgãos policiais;
- c) É uma técnica de atuação semelhante ao flagrante esperado;
- d) A comunicação acerca da ação controlada deverá ser sigilosa, sem conter informações que indiquem a operação a ser efetuada.
- e) Consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, independentemente de prévia comunicação ao juiz, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

**40.** Em relação ao descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11340/06, assinale a alternativa adequada conforme as normas positivas do Direito pátrio e a respectiva jurisprudência:

- a) O crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência é inafiançável;
- b) A prisão em flagrante pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência inviabiliza a representação por prisão preventiva em face da recalcitrância do agressor, mas é insuscetível de liberdade provisória;
- c) O crime do art. 24-A da Lei 11340/06 configura-se mesmo nas hipóteses de decretação das medidas protetivas de urgência pela autoridade policial;
- d) O descumprimento das medidas protetivas de urgência não enseja a configuração de nenhum tipo penal autônomo na legislação brasileira, mas permite decretação de prisão preventiva pelo juiz ou delegado em casos de urgência;
- e) As disposições da Lei 9.099/95 não podem ser aplicadas ao delito previsto no artigo 24-A da Lei 11.340/06.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Claudio Tusco

**41.** João, delegado titular de certa delegacia, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno da DP, definindo que o setor X, composto pelos agentes de Polícia Civil A, B, C e D, é responsável por determinadas atividades. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o citado ato administrativo ordinatório praticado por João decorre do poder administrativo:

- a) disciplinar, que lhe permite praticar atos normativos internos com eficácia restrita àquela delegacia;
- b) hierárquico, que é um poder de estruturação interna da atividade pública;
- c) disciplinar, que lhe permite inovar no ordenamento jurídico no âmbito de sua circunscrição;
- d) de polícia, que lhe permite organizar as rotinas administrativas necessárias à investigação criminal;

e) de polícia, que lhe permite organizar as rotinas operacionais próprias de polícia judiciária.

**42.** João, ocupante do cargo efetivo de agente de Polícia Civil no Estado Alfa, acaba de ser eleito para exercer o mandato de prefeito no Município Beta. De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 sobre a matéria, para que possa legalmente exercer a chefia do Executivo municipal, João:

- a) será exonerado do cargo efetivo e perceberá a remuneração, por subsídio, referente ao cargo de prefeito;
- b) acumulará os cargos eletivo e efetivo, mas perceberá só a remuneração, por subsídio, referente ao cargo de prefeito;
- c) será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- d) perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários;
- e) será afastado do cargo efetivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento, e perceberá o subsídio de prefeito.

**43.** Joana, profissional muito competente, com sólida formação acadêmica e larga experiência profissional, foi convidada pelo Governador do Estado Beta para atuar em um órgão público, exercendo competências de vital importância para o interesse público e que exigiam uma atuação contínua. Instada a se pronunciar, a assessoria jurídica informou corretamente que Joana poderia ser nomeada diretamente, sem prévia aprovação em concurso público:

- a) para um cargo de provimento efetivo, um cargo em comissão ou uma função de confiança;
- b) apenas para um cargo de provimento efetivo ou um cargo em comissão;
- c) apenas para um cargo em comissão ou uma função de confiança;
- d) apenas para uma função de confiança;
- e) apenas para um cargo em comissão.

44. Até recentemente, havia o entendimento dos especialistas de que a sociedade poderia ser classificada em dois setores, o primeiro sendo o Poder Público e o segundo o Mercado. Com o crescente número de demandas sociais não atendidas pelo Estado, um terceiro setor começa se consolidar e ganhar importância no atendimento das demandas da sociedade. Assinale a opção que indica uma organização do terceiro setor:

- a) Agência Executiva.
- b) Sociedade Anônima.
- c) Fundação Autárquica.
- d) Associação Pública.
- e) Entidade de Apoio.

45. Considere a hipótese em que o Governo do Estado do Rio de Janeiro realize uma licitação para aquisição de novas impressoras para sua sede, e cinco fornecedoras fiquem empatadas, em condições idênticas, na disputa pelo fornecimento dos bens.

Sobre os critérios de desempate, conforme o disposto na Lei nº 8.666/93, será escolhida a empresa que:

- a) for brasileira e produza os computadores na China, mas não contenha capital nacional.
- b) produza os computadores em Portugal, mas invista em pesquisa e tecnologia no Brasil.
- c) for uma empresa chinesa que produza os computadores no Brasil, mas utilize mão de obra chinesa.
- d) cumpra a reserva de cargos para deficientes e atenda regras de acessibilidade, mas utilize brasileiros expatriados nos Estados Unidos como mão de obra.
- e) for a vencedora do sorteio oficial realizado em caso de empate.

46. No que concerne às Agências Reguladoras, importantes entidades criadas para fiscalizar e regular serviços de determinados setores econômicos, assinale a afirmativa incorreta:

- a) As agências devem ter necessariamente personalidade jurídica de direito público, dotadas de independência administrativa e autonomia financeira.

b) Seus dirigentes devem possuir mandatos fixos, sendo estritamente vedada a possibilidade de exoneração *ad nutum*.

c) As agências são autarquias ou fundações públicas que celebraram contrato de gestão com o Poder Público.

d) Seus atos não podem ser revistos ou alterados pelo Poder Executivo, apenas pelo Judiciário, devendo, no entanto, agir conforme suas finalidades específicas.

e) As agências podem existir tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal, desde que criadas por lei.

47. Analise o trecho a seguir: “A atividade administrativa deve ser exercida com *presteza, perfeição e rendimento funcional*”. Assinale a opção que apresenta o princípio fundamental da Administração Pública ao qual o trecho faz referência:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

48. O Prefeito do Município X, com o objetivo de realizar uma concessão para a exploração de determinado serviço público de caráter específico e divisível, até então oferecido diretamente, solicitou que sua Assessoria se manifestasse sobre a necessidade de ser realizada licitação e sobre a possibilidade de cobrança do usuário.

À luz da sistemática constitucional, a Assessoria respondeu, corretamente, que a realização de licitação era:

- a) obrigatória, mas o custo do serviço deveria ser integralmente arcado pelo concedente.
- b) facultativa e deveria ser realizada a cobrança do usuário.
- c) obrigatória e o custo deveria ser suportado, exclusivamente, pelo concedente e pelo concessionário.
- d) facultativa e o custo do serviço deveria ser integralmente suportado pelo concedente.
- e) obrigatória e deveria ser realizada a cobrança do usuário.

49. No terceiro setor da economia estão presentes as entidades privadas, chamadas pela doutrina de paraestatais, que atuam ao lado da Administração Pública, sem finalidade lucrativa e executam atividades de interesse social. Dentre elas, destacam-se as qualificadas como Organizações Sociais (OS's) que, como disposto na Lei nº 9.637/98:

- a) possuem autonomia em seu órgão colegiado de deliberação superior, vedada a participação de representantes do Poder Público e de membros da comunidade.
- b) prestam serviços públicos não exclusivos do Estado, como ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
- c) dependem de prévia lei específica para serem criadas e promovem obrigatoriamente a distribuição de bens e de parcela do patrimônio líquido a seus acionistas.
- d) integram a Administração Indireta e possuem em seu estatuto objeto social relacionado com as atividades que desempenharão após a celebração do convênio.
- e) têm personalidade jurídica de direito público e estão habilitadas, estatutariamente, a prestar serviços públicos essenciais compatíveis com o termo de parceria.

50. João é ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça e exerce o cargo de gerente do departamento de compras. No exercício da função, João recebeu vantagem econômica consistente em vinte mil reais, para fazer declaração falsa sobre a quantidade de mercadorias fornecidas ao Tribunal, por força de contrato administrativo de aquisição de material de escritório firmado com determinada sociedade empresária. No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92, João:

- a) não praticou ato de improbidade administrativa, por se tratar de servidor do Poder Judiciário, mas deve responder nas searas criminal e disciplinar;
- b) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve comprovação de prejuízo ao erário, mas deve responder na seara disciplinar;
- c) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, ao

ressarcimento integral do dano, perda da função pública, cassação dos direitos políticos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;

- d) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial;
- e) praticou ato de improbidade administrativa e por isso está sujeito, dentre outras sanções, ao ressarcimento integral do dano, perda da função pública, cassação dos direitos políticos e pena privativa de liberdade por ato de corrupção a ser cumprida em regime fechado.

51. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de regime jurídico, é correto afirmar que uma autarquia estadual do Rio de Janeiro:

- a) não possui personalidade jurídica própria e autonomia financeira, pois está vinculada ao ente federativo que a criou;
- b) não está hierarquicamente subordinada ao ente federativo que a criou, mas se sujeita a controle finalístico;
- c) não pode cobrar taxas e demais tributos para exercício do poder de polícia ou prestação de serviços públicos inerentes às suas finalidades;
- d) tem seu pessoal regido pela consolidação das leis do trabalho, e o ingresso no serviço público se dá por meio de concurso público;
- e) integra a administração pública indireta, possui personalidade jurídica de direito privado e é criada por delegação negocial do Chefe do Executivo estadual.

**52.** Um órgão público necessita contratar um serviço a ser custeado com recursos de um convênio, que tem orçamento limitado. Logo, o gestor do órgão considerou mais adequado que o instrumento licitatório defina o preço certo e total. Nesse caso, considerando unicamente as informações fornecidas, trata-se de uma:

- a) empreitada integral;
- b) empreitada por preço global;
- c) empreitada por preço unitário;
- d) execução direta;
- e) tarefa.

**53.** Um experiente executivo da iniciativa privada foi indicado para ser diretor de um órgão público. Uma de suas maiores dificuldades iniciais foi entender o processo licitatório e a posterior contratação. O contrato administrativo é entendido como:

- a) o ajuste de vontades firmado entre órgãos da Administração Pública, segundo regime jurídico de Direito Privado;
- b) obrigatório, no caso de concorrência em tomada de preços, e é regido segundo regime jurídico de Direito Público;
- c) aquele em que não é lícito alteração unilateral do contrato pela Administração, nem sua rescisão unilateral, e é regido segundo regime jurídico de Direito Privado;
- d) aquele em que não é possível ter cláusulas exorbitantes, embora sejam cláusulas comuns em contratos particulares, e é regido segundo regime jurídico de Direito Privado;
- e) todo ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculos e a estipulação de obrigações recíprocas, segundo regime jurídico de Direito Público.

**54.** Com o escopo de fomentar a especialização do órgão, com a conseqüente e posterior melhor capacitação dos servidores lá lotados, determinada Secretaria, no exercício de função administrativa, observadas as formalidades legais, subdividiu o então Departamento de Engenharia e Licitações em dois novos departamentos, um de Engenharia e outro de Licitações. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, esse desmembramento de um órgão em dois, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público e assim atender ao princípio da eficiência, é a:

- a) delegação administrativa;
- b) centralização administrativa;
- c) concentração administrativa;
- d) desconcentração administrativa;
- e) descentralização administrativa.

**55.** O Supremo Tribunal Federal inibe a aplicação de severas sanções a entidades federativas por ato de gestão anterior à assunção dos deveres públicos do novo gestor, a fim de não dificultar sua governabilidade, caso esteja tomando as providências necessárias para sanar o prejuízo causado pela gestão anterior. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, trata-se da aplicação do princípio da administração pública da:

- a) impessoalidade diferida das sanções;
- b) continuidade mitigada do gestor;
- c) responsabilidade subsidiária do gestor;
- d) intranscendência subjetiva das sanções;
- e) segurança jurídica objetiva.

**56.** João foi aprovado em concurso público para o cargo efetivo de Analista Financeiro da Secretaria Estadual de Fazenda, obtendo classificação dentro do número de vagas oferecidas no edital do certame. Ao final do prazo de validade do concurso, por não ter sido convocado, João ingressou com medida judicial pleiteando sua nomeação e posse. De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, o pleito de João:

- a) não merece prosperar, pois o candidato aprovado em concurso público, ainda que dentro do número de vagas ofertadas no edital, possui apenas expectativa de direito à nomeação, em razão do princípio da discricionariedade;
- b) não merece prosperar, pois João deveria ter comprovado que foi preterido por outro candidato aprovado fora do número de vagas ou que a ordem de classificação do concurso foi burlada;
- c) não merece prosperar, pois João deveria ter comprovado que foi preterido em razão da nomeação, a título precário, de pessoa contratada sem prévio concurso público para desempenhar as mesmas funções de Analista Financeiro;
- d) merece prosperar, pois João possui direito subjetivo à nomeação, cuja necessidade é presumida a partir da previsão editalícia do número de vagas, em respeito aos princípios da boa-fé e segurança jurídica;
- e) merece prosperar, pois João possui direito líquido e certo à nomeação, cuja necessidade é presumida em relação a todos os candidatos aprovados no concurso, inclusive além do número de vagas.

**57.** A doutrina de Direito Administrativo ensina que, caso vise ao interesse público a manutenção de determinado ato administrativo, pode ocorrer a correção de um vício sanável do ato, mediante a chamada:

- a) revogação, desde que se trate de ato vinculado e o vício se restrinja aos elementos forma ou motivo;
- b) repristinação, desde que se trate de ato discricionário e o vício se restrinja aos elementos motivo ou competência;
- c) convalidação, desde que não cause prejuízos a terceiros e que se trate de vício nos elementos forma ou competência;
- d) retificação, desde que se trate de ato discricionário com vício no elemento motivo e que não cause prejuízos à Administração Pública;
- e) anulação parcial, desde que não cause prejuízos à Administração Pública e que se trate de vício nos elementos motivo ou forma.

**58.** Ana e Maria, servidoras públicas ocupantes de cargos de provimento efetivo junto ao Poder Executivo do Município de Angra dos Reis, durante a sua atuação funcional, observaram que algumas pessoas, sem que percebessem, deixavam cair objetos de uso pessoal na via pública. Sempre que o interessado não voltava ao local, Ana recolhia os objetos e ficava com eles. Já sua colega Maria ficava com os objetos mesmo que o interessado voltasse ao local, sempre afirmando que não vira os objetos. Considerando a base de valores que deve nortear a atuação dos servidores públicos, devemos reconhecer que:

- a) somente Maria agiu de forma correta;
- b) somente Ana agiu de forma correta;
- c) Ana e Maria agiram de forma incorreta;
- d) Ana e Maria agiram de forma correta;
- e) ambas estão corretas, se obedeceram à chefia imediata.

59. Em relação ao regime jurídico de uma sociedade de economia mista estadual exclusivamente exploradora de atividade econômica, é correto afirmar que:

- a) ostenta personalidade jurídica de direito público, seus servidores são estatutários e se submetem a concurso público, e são controladas pelo Tribunal de Contas;
- b) ostenta personalidade jurídica de direito privado, goza das prerrogativas processuais aplicadas à fazenda pública e seu pessoal não se submete a concurso público;
- c) somente por lei específica é autorizada a sua instituição e se submete às normas do direito privado em matéria de responsabilidade civil;
- d) somente por lei específica é criada, se submete à responsabilidade civil objetiva e não incide o controle finalístico pelo ente a que está vinculada;
- e) somente por lei complementar é criada, se submete à responsabilidade civil subjetiva e incide o controle finalístico pelo ente a que está vinculada.

60. No processo de reestruturação do Estado, ocorrido no século passado, alguns serviços que eram exercidos pela administração pública foram transferidos para o setor privado. Com o intuito de regular essas atividades, objetivando garantir um padrão de qualidade, foram criadas as agências reguladoras para essa função. Em relação a essas agências e ao seu funcionamento, assinale a afirmativa correta:

- a) Possuem uma função meramente consultiva, não possuindo qualquer poder normativo;
- b) São dependentes e subordinadas ao Poder Legislativo, atuando em consonância com suas orientações;
- c) São instituídas por meio de contratos de gestão, podendo perder a qualificação caso ajam em desacordo com as normas previstas;
- d) Podem receber esse *status* apenas as autarquias enquadradas como agências executivas;
- e) Podem ser criadas no âmbito das três esferas do governo.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

61. Beltrano da Silva ajuizou ação civil ordinária contra o Conselho Nacional de Justiça, para desconstituir decisão tomada pelo Conselho nos autos do Procedimento de Controle Administrativo XX/2021, que declarou vaga a serventia por ele titularizada, por falta de aprovação em concurso público. Considerando o caso narrado, nos termos expressos na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa que define corretamente o órgão competente para julgar a causa.

- a) Juiz Federal
- b) Tribunal de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

62. A respeito dos direitos e garantias individuais, aponte a assertiva correta.

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada a natureza paramilitar.
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.
- c) As associações, independentemente de autorização, representam seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- d) É vedada a criação de mais de uma associação, da mesma categoria profissional ou com a mesma finalidade, dentro de uma mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um município.
- e) A criação de associação, embora não dependa de autorização do Poder Público, exige o prévio registro junto ao órgão competente.

**63.** Lei do Município de Petrópolis-RJ dispôs sobre o serviço local de gás canalizado, o que violou a Constituição Federal no que concerne à repartição de competências. Inconformado, o Governador do Rio de Janeiro pretende combater a inconstitucionalidade da lei municipal por meio de ação do controle abstrato de constitucionalidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva correta.

- a) A lei municipal poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) O Governador do Rio de Janeiro não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) A inconstitucionalidade da lei municipal só poderá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal pela via incidental.
- d) A lei municipal poderá ser combatida perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) a lei municipal só poderia ser questionada, mediante controle abstrato de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

**64.** O Presidente da República, em casos de relevância e urgência, pode editar medidas provisórias com força de lei. A Constituição Federal, todavia, estabelece uma série de limitações de assuntos. Aponte a alternativa em que a matéria não é proibida para as medidas provisórias.

- a) nacionalidade.
- b) organização judiciária.
- c) direito civil.
- d) direitos políticos.
- e) direito processual civil.

**65.** A respeito da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), conforme redação da Lei 9.868/1999, analise os itens e em seguida indique a assertiva correta.

- I. A ADI não admite desistência, uma vez que não há direito subjetivo questionado.
- II. No processo de ação direta de inconstitucionalidade, não se admite intervenção de terceiros, exceto a modalidade especial *amicus curiae*.
- III. No processo da ADI, tanto o Advogado-Geral da União quanto o Procurador-Geral da República serão ouvidos, cada qual no prazo de dez dias.
- IV. Não se admite recurso da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta de inconstitucionalidade.

É verdadeiro somente o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) II, III e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II e IV.

**66.** A respeito do Poder Constituinte, indique a assertiva correta.

- a) O Poder Derivado Decorrente é destinado à criação de Constituição estadual e das leis orgânicas municipais.
- b) A Constituição Federal não pode ser emendada na vigência de estado de sítio, estado de defesa, estado de calamidade pública e de intervenção federal.
- c) Mutação constitucional é uma mudança informal do texto constitucional, alterando-se o sentido, mas preservando-se a redação da Constitui o inalterada.
- d) A cada cinco anos, a partir de sua promulga o, a Constitui o Federal deve passar por um processo simplificado de revisão, de modo que o Congresso Nacional promova as necessárias atualiza es em sessão unicameral e com o quórum de maioria absoluta.
- e) O Poder Constituinte Originário   ilimitado, incondicionado e insubordinado, mas uma vez promulgada a Constitui o, tem a sua atua o exaurida.

**67.** Três meses após a posse de João, Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou João, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de *impeachment* não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.
- c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.
- d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.
- e) A competência para julgar o Chefe do Executivo por crime comum e de responsabilidade é do Supremo Tribunal Federal.

**68.** O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Campos do Jordão, por violação de norma da Constituição estadual, de reprodução obrigatória de dispositivo da Constituição Federal. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.

c) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.

d) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

e) A competência para julgar a constitucionalidade da lei municipal é somente do Supremo Tribunal Federal, por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**69.** A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

**70.** O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

- a) Princípio da unidade.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da conformidade.
- d) Princípio da força normativa.
- e) Princípio da máxima efetividade.

**71.** Pepe é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2015, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2020, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Pepe. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Pepe ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Pepe poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Pepe não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

**72.** A respeito da competência para legislar sobre procedimento em matéria processual, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

**73.** João é vereador de Parnamirim/RN. Durante evento de seu partido em Mossoró/RN, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

**74.** Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.
- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- e) A lei estadual interferiu em matéria contratual firmada entre operadoras e usuários, causando prejuízo financeiro, o que gera a sua inconstitucionalidade.

**75.** Indique a alternativa que contenha competência do Presidente da República delegável aos Ministros de Estado.

- a) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição.
- b) acreditar representantes diplomáticos de Estados estrangeiros.
- c) conceder indulto.
- d) presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- e) conferir condecorações e distinções honoríficas.

**76.** “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

**77.** A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é órgão temporário destinado a investigar fato determinado e de interesse público. A respeito do tema, indique a alternativa INCORRETA.

- a) A investigação feita pela CPI tem natureza político-administrativa e reflete função atípica do Poder Legislativo.
- b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.
- c) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é nula a intimação de indígena não aculturado para oitiva em CPI, na condição de testemunha, fora de sua comunidade.
- d) Não afronta a Constituição Federal norma regimental da Câmara dos Deputados que limita o número de CPI em funcionamento simultâneo.
- e) A CPI tem poderes próprios para determinar a quebra de sigilo bancário de pessoa investigada, mas não tem poderes para promover a quebra de sigilo das comunicações telefônicas.

**78.** Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais abaixo, conforme posicionamento doutrinário e jurisprudencial, classificam-se, respectivamente, como de eficácia

Art. 5º, inciso V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Art. 230, § 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (...).

- a) programática, limitada e plena.
- b) plena, plena e contida.
- c) plena, limitada e contida.
- d) plena, plena e plena.
- e) plena, contida e limitada.

**79.** Acerca do processo legislativo, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público é admitido aumento da despesa prevista.
- c) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- d) O Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- e) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao

Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**80.** Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.
- d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.
- e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

**81.** Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

**82.** De acordo com o Código Civil e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
- b) a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
- c) a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
- d) o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
- e) a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

**83.** O ente de fiscalização do exercício profissional é pessoa jurídica:

- a) de direito público interno;
- b) de direito público externo;
- c) de direito privado;
- d) de direito público com estrutura de direito privado;
- e) ente despersonalizado.

**84.** O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) prescricional, de cinco anos, pois é referente a valor certo e líquido.

**85.** Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;

d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;

e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

**86.** De acordo com o Código Civil, é correto afirmar em relação à mora que:

- a) apenas o devedor poderá estar em mora;
- b) apenas o credor poderá estar em mora;
- c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;
- d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a interpelação judicial ou extrajudicial;
- e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

**87.** Não podem se casar:

- a) os menores de dezesseis anos, em qualquer situação;
- b) os parentes colaterais, até o quarto grau;
- c) as pessoas casadas, salvo as separadas de fato a mais de dois anos;
- d) os ascendentes com os descendentes, desde que seja o parentesco natural;
- e) a pessoa que possua impedimento de longo prazo de natureza mental.

**88.** Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) inexistente, pois apenas há responsabilidade pelos atos comissivos.

**89.** Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

**90.** Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;
- e) o depósito necessário não se presume gratuito.

## MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

**91.** A Toxicologia é a ciência que estuda os venenos ou substâncias químicas e seus efeitos no corpo humano. Esse ramo da Medicina Legal estuda os cáusticos, os envenenamentos e a intoxicação alcoólica e por tóxicos, pelo emprego de processos laboratoriais. Assinale a alternativa correta sobre o tema:

- a) A idade não é circunstância que influencia na atuação dos venenos no organismo.
- b) O sinergismo é o fenômeno observado quando o efeito de dois agentes tóxicos é igual à soma dos efeitos individuais.

- c) Tremores, inquietação e anorexia são sintomas de crise de abstinência de drogas.
- d) As drogas psicodislépticas deprimem a atividade mental.
- e) O LSD é uma droga psicoanaléptica que estimula o sistema nervoso central.

**92.** São sinais externos característicos das asfixias mecânicas em geral, EXCETO:

- a) Cianose da face.
- b) Livor cadavérico.
- c) Projeção da língua para fora.
- d) Cogumelo de espuma.
- e) Equimoses viscerais.

**93.** Dentre as diversas características presentes no orifício de entrada do ferimento produzido por projétil de arma de fogo à curta distância, podemos observar a incrustação de grânulos e fragmentos de pólvora não combusta pelo disparo, que se alojam na derme e não são removíveis. Referida característica é chamada de:

- a) Orla de escoriação.
- b) Zona de tatuagem.
- c) Orla de enxugo.
- d) Zona de esfumaçamento.
- e) Zona de chamuscamento.

**94.** As feridas incisivas recebem nome específico a depender da localização. Assinale a alternativa que corresponde ao nome dado ao ferimento profundo na parte posterior do pescoço:

- a) Esgorjamento.
- b) Decapitação.
- c) Esquartejamento.
- d) Degola.
- e) Espostejamento.

**95.** Um cadáver foi encontrado com uma lesão na qual predominava a profundidade em relação à extensão, havendo dois ângulos agudos que indicavam a presença de dois gumes no objeto utilizado. O instrumento que provocou referida lesão é:

- a) Cortante.
- b) Perfurante.
- c) Corto-contundente.
- d) Perfuro-cortante.
- e) Perfuro-contundente.

**96.** Nas lesões provocadas por queimaduras de 2º grau:

- a) Há presença de bolhas contendo líquido amarelado.
- b) A pele apresenta um edema.
- c) É gerada uma placa de necrose dura e de coloração escura.
- d) É necessário colocar enxerto para a cicatrização.
- e) O osso é atingido total ou parcialmente.

**97.** A desidratação cadavérica é um fenômeno abiótico consecutivo que causa o surgimento de uma mancha negra esclerótica no globo ocular também chamada de:

- a) Lei de Nysten.
- b) Sinal de Sommer-Larcher.
- c) Sinal de Jostat.
- d) Sinal de Kossu.
- e) Sinal de Stenon-Louis.

**98.** Andando pelo pasto durante uma forte chuva, um fazendeiro foi atingido por um raio que o levou a óbito. No laudo necroscópico foi apontada uma lesão com aspecto arboriforme.

Com base nessas informações, o mecanismo de morte e a lesão apontada são conhecidos respectivamente como:

- a) Fulguração e Efeito Joule.
- b) Fulminação e Sinal de Lichtenberg.
- c) Fulminação e Sinal de Jellinek.
- d) Fulguração e Sinal de Lichtenberg.
- e) Eletroplessão e Sinal de Jellinek.

**99.** O parecer médico-legal é dividido nas seguintes partes, EXCETO:

- a) Exposição de motivos.
- b) Preâmbulo.
- c) Conclusão.
- d) Descrição.
- e) Discussão.

**100.** O transtorno sexual chamado de PIGMALIANISMO decorre do desejo por:

- a) cadáveres.
- b) estátuas.
- c) crianças.
- d) animais.
- e) bonecas.

## Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-RJ-09-10-21>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---